

# **A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL, O CONCEITO DE HOMEM E COMUNIDADE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.**

Brendha Leticia Santos <sup>1</sup> ; Maria Adelaide Pessini <sup>2</sup>

## **RESUMO**

O propósito é discorrer sobre o conceito de psicologia histórico-cultural e psicologia comunitária e sua visão de homem. Inicialmente nos remete às características da psicologia histórico-cultural, trazendo a visão social do sujeito e seu desenvolvimento. Posteriormente, nos trás sobre a psicologia comunitária no qual se desenvolveu a partir da psicologia social, suas características e atuação do psicólogo.

**Palavras-chaves:** Psicologia Social; Comunitária; Histórico-Cultural.

## **CULTURAL HISTORIC PSYCHOLOGY, THE CONCEPT OF MAN AND COMMUNITY: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW.**

## **ABSTRACT**

The purpose is to discuss the concept of cultural-historical psychology and community psychology and their vision of man. Initially, it refers to the characteristics of historical cultural psychology, bringing the social view of the subject and its development. Subsequently, it brings us back to community psychology in which it

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Paranaense

<sup>2</sup> Docente do Curso de Psicologia da Universidade Paranaense

developed from social psychology, its characteristics and the role of the psychologist.

**Key- words:** Psychology Social; Community; Cultural-Historical.

## **PSICOLOGÍA HISTÓRICA CULTURAL, EL CONCEPTO DE HOMBRE Y COMUNIDAD: UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA.**

### **Resumen**

El objetivo es discutir el concepto de psicología histórico-cultural y psicología comunitaria y su visión del hombre. Inicialmente, nos remite a las características de la psicología histórico-cultural, trayendo la visión social del sujeto y su desarrollo. Posteriormente, nos devuelve a la psicología comunitaria en la que se desarrolla a partir de la psicología social, sus características y el papel del psicólogo.

**Palabras-clave:** Psicología Social; Comunidad; Histórico-Cultural.

### **INTRODUÇÃO:**

O presente trabalho tem como objetivo conhecer os princípios teóricos da Psicologia Histórico-Cultural, considerando a relação com a Psicologia Comunitária, tal abordagem se apropriou de princípios teóricos discorrendo sobre as concepções de homem e mundo, o homem quanto corpo e mente, visando questões orgânicas e sociais, entrelaçando com suas relações interpessoais.

Esmiuçando a Psicologia Social com abordagem Histórico-Cultural e a Psicologia Comunitária, trazendo sua caracterização, seus ideais, seus olhares

sociais e entendimentos com embasamento teórico de filósofos como Vygotsky, Lane, Góis, Bakhtin e outros, nos quais contribuíram para a construção de uma psicologia social, crítica e histórica. Proporcionando aos profissionais distintas formas de analisar o indivíduo, proporcionando desta forma inúmeras transformações na questão social e individual do sujeito.

Vygotsky (2001) como exemplo da área social, nos trás a importância da visão ampliada referente ao âmbito social no qual o sujeito está inserido, abrangendo o olhar para as mais diversas e possíveis formas de interação:

A psicologia social não marxista entende o social de modo grosseiramente empírico, necessariamente como multidão, coletivo, relação com outros indivíduos. A sociedade é aí entendida como reunião de pessoas e condição suplementar da atividade de um indivíduo. Esses psicólogos não admitem a ideia de que, no movimento mais íntimo e pessoal do pensamento, do sentimento, etc., o psiquismo de um indivíduo particular seja efetivamente social e socialmente condicionado. (Vygotsky, 2001, p.14)

Logo, a partir desta visão social amplificada e analisando as diversas variáveis nas quais possam se caracterizar, deu-se a Psicologia Comunitária na qual visa as mudanças sociais, inclusão social, redução das desigualdades sociais, Góis (2005) retrata:

Os movimentos de saúde mental comunitária, em geral, evidenciaram aspectos culturais (diferenças culturais) e políticos (minorias, excluídos sociais) que não só influíram em seu próprio desenvolvimento, senão também contribuíram para o surgimento de uma Psicologia mais contextualizada, preocupada com os problemas sociais e questões ideológicas. Influuiu a que a Psicologia se abrisse a novos temas sociais e comunitários, ampliando, conseqüentemente, seus objetivos e seu papel na sociedade. (GÓIS, 2005, p. 24)

### **Desenvolvimento:**

A Psicologia Social é aquela na qual clarifica a influência do meio social na vida do sujeito, ou então, a relação dos indivíduos com a sociedade analisando pensamentos, sentimentos e comportamentos. Visa compreender os comportamentos do indivíduo em relação ao meio, refletindo de qual forma o mesmo será influenciado socialmente, assimilando também a influência histórico-social. Deste modo, entende-se que a mesma estuda a relação crucial entre o indivíduo e a

sociedade desde a sua concepção no mundo, visto que ao se inserir o indivíduo está em um mundo posto no qual possui diversos costumes, crenças, valores e outros.

Entende-se dessa forma que o sujeito se constitui a partir de seu contexto histórico. Segundo Lane, 2006:

O ser humano ao nascer necessita de outras pessoas para a sua sobrevivência, no mínimo de mais uma pessoa, o que já faz dele membro de um grupo (no caso, de uma díade — grupo de dois). E toda a sua vida será caracterizada por participações em grupos, necessários para a sua sobrevivência, além de outros, circunstanciais ou esporádicos, como os de lazer ou aqueles que se formam em função de um objetivo imediato. (2006, p. 12)

Após o nascimento, o indivíduo adquire comportamentos com base em seu histórico social formando sua identidade social, na qual é caracterizada por comportamentos interpessoais adquiridos em relações grupais. Identidades sociais, são aquelas nas quais se capacita a subjetividade do sujeito, distinguindo-o dos demais. Com base na autora supracitada, alguns aspectos básicos do nosso comportamento social são: linguagem, pensamento, representação que fazemos do mundo e a própria consciência, como processos psicológicos fundamentais para a nossa relação com os outros. Vigotski, 2000 relata que:

A personalidade torna-se para si aquilo que ela é em si, através daquilo que ela antes manifesta como seu em si para os outros. Este é o processo de constituição da personalidade. A relação entre as funções psicológicas superiores foi outrora relação real entre pessoas. Eu me relaciono comigo tal como as pessoas se relacionam comigo. O raciocínio é discussão; o pensamento é fala (conversa consigo); a palavra foi um comando para os outros. Ela [a palavra] é sempre comando (p. 24-25).

A linguagem é algo no qual pode ser caracterizada tanto no formato verbal quanto não-verbal, ferramenta utilizada para transmitir ou receber conceitos, podendo ser utilizada de diversas maneiras como na fala, em desenhos, ações, sinais e outros. Sendo também a forma crucial de comunicação, tornando-se um facilitador para a convivência social, capacitando o mesmo para que em suas relações interpessoais se tornem um ambiente de troca e aprendizagem. Lane (2006), pontua que a origem social da linguagem nos dá pistas para uma resposta: a linguagem surge para transmitir ao outro o resultado, os detalhes de uma atividade ou da

relação entre uma ação e uma consequência. A linguagem pode se caracterizar de forma individual dando sentido e significado para objetos/itens de diferentes maneiras, nos trazendo a ideia de que a realidade do ser se altera com base no social, alterando conseqüentemente o sentido e significado. Podemos certificar dessa forma que as linguagens se dão a partir do meio social no qual o sujeito está inserido, exercendo a função de mediar a comunicação interpessoal, possibilitando ao mesmo a inserção social permitindo dessa as representações sociais, tal afirmação se consolida com base em Bakhtin,

Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro. É como uma faísca elétrica que só se produz quando há contato de dois polos opostos. (2002, p. 132)

É possível identificar deste modo o quanto o contexto social do indivíduo influencia e modifica a vivência, de tal modo que os conceitos aprendidos são baseados em significações perpassadas pelas pessoas nas quais se relacionam no decorrer de sua trajetória. O contexto familiar e escolar são os fatores cruciais para o processo de socialização e deliberativo para a classe social na qual o sujeito será inserido. O contexto familiar como exemplo a família nuclear, é aquela na qual é vista como natural e universal, regida por diretrizes, costumes, crenças, constituído pelo modelo tradicional onde o pai é o chefe da família, mãe responsável pelos afazeres domésticos e cuidado com os filhos, sendo a mãe e filhos submissos às decisões da figura masculina e ao pensar na família extensa os avós são a autoridade. Lane (2006), nos relata que tal modelo foi marcante no desenvolvimento do capitalismo brasileiro e que nos dias atuais ainda se tem os modelos denominados de “quarteirões”, nos quais seguem as normas da família tradicional, mantendo relacionamentos entre os integrantes da família com o intuito de garantir controle e manutenção dos bens materiais, a partir deste modelo passou a se estabelecer características denominantes a homens e mulheres, como costumes e funções. A família como modelo primário de socialização se encarrega de instruir o indivíduo com base nas relações que a cerca, em que é compreendido como uma relação de dependência por estar em fase de desenvolvimento infantil, pois são contextos

estabelecidos por vínculos afetivos, desta forma, entende-se que o mundo no qual a família pertence se torna o mundo do sujeito. Segundo Lane,

O processo aqui é semelhante ao da análise que fizemos da linguagem como arma de poder, acrescentando-se, nesta situação, um forte componente emocional-afetivo, além de um processo de generalização que ocorre em função da coerência existente entre as visões de mundo e de valores das pessoas que constituem o grupo familiar. (2006, p. 43-44)

Podemos correlacionar tal relação com os costumes adquiridos já nesta fase inicial, costumes nos quais trazem a ideia de terem “nascido” conosco e não como item adquirido com base em seu meio social, a partir disso, os indivíduos passam a se constituir como ser social, a partir da visão pré estabelecida por entes participantes do processo de desenvolvimento do mesmo.

Diante disso, temos o modelo secundário de socialização no qual seriam a escolarização e profissionalização, no qual o indivíduo passará a ter outra visão de mundo pois passa a compartilhar de outras experiências sociais e novos convívios, como já mencionado anteriormente o indivíduo se transforma de acordo com o meio no qual se insere. Tal inserção faz com que o indivíduo passe a se questionar sobre as experiências e conhecimentos adquiridos primeiramente, visto que o mesmo a compreendia como única e inalterável (LANE, 2006).

Decorrente da profissionalização do indivíduo, temos o trabalho, no qual é associado a fonte de renda, meio de sobrevivência, na qual necessita da contribuição de terceiros para que a produção seja efetiva, ou seja, é necessário a socialização do indivíduo para que em grupo possa se produzir e gerar renda para que os mesmos possam sobreviver e manter relações, estabelecendo assim, uma sociedade

capitalista. Lane, 2006, pontua que

... o trabalho para o indivíduo deverá se basear nas condições atuais da nossa sociedade capitalista, o que significa que a produção dos bens materiais, além de atender a subsistência social, visa o lucro e o aumento do capital e para tanto deve, necessariamente, explorar a força de trabalho de muitos. (LANE, 2006, p.56)

O capitalismo neste contexto, estabelece uma relação de duas vias, uma na qual se apropria do capital gerado pelo trabalho e outra que seria a classe trabalhadora na qual exercem funções manuais ou intelectuais e regras impostas por proprietários de indústrias, comércios, fazendas, bancos, setores públicos e outros.

Com efeito do trabalho, os sujeitos puderam compreender que mesmo em relações de igualdade social, existem diferentes formas de se adequar ao ambiente, pois determinadas funções podem dispor de sujeitos que estejam mais aptos a fazer do que outros, ocorrendo nas múltiplas oportunidades e vagas de trabalho. É notório que através do trabalho produtivo, formam classes sociais antagônicas, de tal forma que passa a determinar as relações sociais entre os indivíduos. (LANE, 2006).

A priori deste contexto será possível identificar o nível psicossocial do indivíduo, às significativas do trabalho, trabalho realizado de forma individual e/ou grupo de acordo com o meio social inserido. É possível analisar que os comportamentos do indivíduo inserido neste contexto se modifica de acordo com suas necessidades e causalidades,

O que significa que qualquer atividade é objetivada, seja quando ela é desencadeada pelo pensamento de "quero, ou preciso de um objeto real", seja quando ela se traduz numa sequência de ações visando um fim, isto é, a obtenção do objeto real. (LANE, 2006)

Ao pensar no indivíduo enquanto ser social, é necessário se considerar as classe social na qual o mesmo está inserido proveniente de uma classe capitalista, onde o trabalho está além de suprir as necessidades básicas para sobrevivência, visando possuir bens materiais, itens para suprir seus desejos e ambições. A partir disso, nos deparamos com novos aprendizados e compreensões relacionadas a ser no mundo, desejos e objetivos, assim como as ações do indivíduo modificam o "ser homem" do mesmo modo, ou seja, o homem ao modificar a natureza também se modifica. (LANE, 2006).

Ademais, Lane, 2006 nos relata que

Esta análise da atividade nos permite apontar para a importância vital do trabalho humano, pois é através dele que nos objetivamos socialmente, e é também através dele que nos modificamos continuamente, ou seja, nos produzimos, nos realizamos. (LANE, 2006, p. 59)

A partir da Psicologia Social, despontou-se uma vertente na qual possui visões que partiram do âmbito social, partindo de movimentos sociais, no qual se denominou Psicologia Comunitária, afirma GÓIS, 2005 :

Considerando seus distintos aspectos e as causas de seu nascimento, as vertentes diretas que deram origem à Psicologia Comunitária estão, em geral, situadas nos estudos de comunidade, nos movimentos comunitários e na crise da própria Psicologia. Além da Psiquiatria, da Psicologia Clínica e da

Psicologia Social, a Sociologia e o Serviço Social também contribuíram claramente para o surgimento da Psicologia Comunitária. (GÓIS, 2005, p. 17)

A Psicologia Comunitária é um termo empregado na América Latina desde 1975 e busca explanar sobre uma nova vertente derivada da Psicologia Social tradicional, que procura um fazer psicológico mais ativo e com mais resultados. Em contrapartida à Psicologia Social tradicional, a Psicologia comunitária demandava um olhar mais ampliado, de forma mais questionadora e ativa e em defesa da diversidade cultural, tendo como principais focos o contexto e a ideologia, alguns elementos que a definem são: relatividade cultural; diversidade; ecologia. (GÓIS, 2003).

Diversos autores colaboraram na construção desse novo fazer psicológico, considerando o que teóricos tradicionais desconsideravam, contribuindo assim para a criação de modelos de ação e explicação indispensáveis para esse novo olhar (GÓIS, 2003). Isto posto, é possível destacar alguns conceitos importantes:

[...] mudança social, ideologia, alienação, representação social, identidade social, sentido psicológico de comunidade, “empoderamento”, grupo social, apoio social, realidade socialmente construída, atividade, investigação-ação participante, sujeito histórico-social, consciência crítica, conscientização etc (GÓIS, 2003, p. 278).

Ou seja, a Psicologia Comunitária busca resolver os problemas sociais, não apenas particulares de cada indivíduo, preocupando-se em analisar as estruturas sociais, juntamente com outras áreas do saber, sendo seu principal foco as comunidades, seu comportamento, a compreensão dos determinantes socioambientais, das relações interpessoais, tudo de que alguma forma possa afetar a vida dos sujeitos. Também é papel dela, inserida na comunidade, trabalhar com os sujeitos e grupos, de forma ética, a auto-percepção, enquanto indivíduos e grupo, a interação entre pessoas e ambiente, a visão de mundo, hábitos, valores, práticas e atitudes, com o objetivo de ampliar a consciência de classe e de destino das pessoas, a Psicologia Comunitária abrange o bem-estar social de subcomunidades distintas inseridas num contexto social mais amplo (GÓIS, 2003).

Dentro da concepção psicológica comunitária o sujeito é:



[...] uma realidade histórico-social que se encontra fortemente enraizado em um processo cultural que lhe é próprio, em um modo de vida social peculiar, em uma estrutura social de classes e em um determinado espaço histórico, geográfico, social, cultural, econômico, simbólico e ideológico; compreende o indivíduo vivendo em uma dada realidade concreta, físico-social, participando de uma rede de relações sociais complexas (mais além do interpessoal e do grupal) de uma sociedade de classes historicamente determinada (GÓIS, 2003, p. 282).

Considerando o exposto, é necessário compreender que a Psicologia Comunitária se molda de acordo com o contexto social, econômico, histórico, cultural e político. Na parcela Norte, como Estados Unidos e Europa, o modelo de atuação predominante é clínico-comunitário, influência da Saúde Mental Comunitária, em consequência do contexto de riqueza e desenvolvimento, já na América Latina a tendência é sociocomunitária, com predominante influência da Psicologia Social, em decorrência do contexto de pobreza no qual se insere (GÓIS, 2003).

Porém, mesmo com essa diferença entre os pólos, a maior questão é a compreensão da Psicologia Comunitária de forma mais abrangente, entendendo suas especificidades culturais no intuito de consolidá-la como uma disciplina indispensável da Psicologia Social e essa preocupação fomenta a idealização de novos marcos conceituais com maior abrangência, capazes de compreender a busca de especificidade e objetividade característicos desse fazer psicológico. Essas especificidades integram seus paradigmas, modelos explicativos, métodos de investigação e intervenção (GÓIS, 2003).

No Brasil, mesmo que inserido na América Latina, mostra um cenário ambíguo, apresentando tanto riqueza quanto pobreza e seus extremos, sendo que a situação de grande parcela populacional é de miséria e injustiça, no campo e na cidade e isso se dá em decorrência de políticas perversas, injustiças, do grande acúmulo de riqueza na mão de poucos, da existência do privado no público. A Psicologia Comunitária brasileira se caracteriza a partir desse contexto histórico-social e econômico de disparidade, surge da problematização da vida dos sujeitos, com base psicossocial e realizada por psicólogos que buscam a solução para as problemáticas do país (GÓIS, 2003).

Algumas de suas características são a busca por um maior entendimento da função da ideologia e do papel do Estado nas relações sócio-econômicas e

humanas, que reforçam práticas e concepções assistencialistas, de caráter controlador social que são comuns em práticas governamentais e nos serviços sociais. A base das características da Psicologia Comunitária brasileira se dá em modelos práticos e teóricos da Psicologia Social juntamente com modelos sociológicos, da Educação popular e da Ecologia (GÓIS, 2003).

O campo da Psicologia Comunitária tem caráter emergente e continua a crescer a cada ano, com o aumento de publicações tem ganhado maior visibilidade e em consequência disso, maior destaque na formação em Psicologia.

Considerando o supracitado, se faz necessário compreender a graduação em Psicologia no contexto brasileiro. A formação em Psicologia tem suas diretrizes regulamentadas pela Resolução 8/2004 do Ministério da Educação (MEC) e a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) contemplou uma discussão que ocorria desde o início dos anos 1990 que criticava o modelo médico-clínico no qual se pautava a formação em Psicologia. Essa formação se dava de acordo com o currículo mínimo instituído em 1962, que também foi ano em que ocorreu a regulamentação da Psicologia enquanto ciência e profissão no país (BAIMA; GUZZO, 2015).

As DCNs compreendem que a graduação em Psicologia deveria basear-se em alguns princípios e compromissos que culminariam numa formação multifuncional com maior abrangência de disciplinas, ou seja, objetiva tornar o psicólogo capaz de atuar em diferentes campos buscando maior qualidade de vida à grupos, indivíduos, organizações e comunidades e, também, apto a produzir conhecimentos nas diversas áreas de atuação. A formação deveria contemplar múltiplos referenciais teóricos qualificados para abranger a complexidade dos fenômenos psicológicos, instigando uma análise crítica dos fenômenos sociais, políticos e culturais (BAIMA; GUZZO, 2015).

Ainda sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) a formação de profissionais deve atender a um núcleo comum, caracterizado pelo desenvolvimento de diversas habilidades, competências, conhecimentos e:

[...] pela grande diversidade teórica e metodológica, de práticas e áreas de atuação, a resolução institui que os cursos de graduação em psicologia devem se organizar em torno de ênfases curriculares. Além das ênfases, é exigência do MEC aos cursos um conjunto de atividades individuais ou coletivas que

compreendem aulas, conferências, palestras, atividades em laboratório, observação em diferentes contextos, projetos de pesquisa dirigidos por docentes da instituição, monitorias, aplicação e avaliação de instrumentos psicológicos, visitas a locais de atuação em psicologia, projetos de extensão e estágio supervisionado (BAIMA; GUZZO, 2015, p. 37-38).

Ou seja, as DCNs são uma evolução, pois ampliam as áreas de conhecimento, práticas e fomentam o desenvolvimento de diversas habilidades, além de que consideram os fatores sociais no intuito de responder demandas populacionais brasileiras e demonstram a importância de uma formação mais ampla, contemplando as diferentes formas de ser e estar no mundo e suas especificidades. Também impulsiona à saída dos espaços hegemônicos tradicionais, no intuito de que a Psicologia ocupe novos lugares e desenvolva novos conhecimentos e práticas (BAIMA; GUZZO, 2015).

Assim sendo, também é preciso compreender a formação do psicólogo no contexto da Psicologia Social Comunitária, lembrando que essa aparece dentro de um processo histórico de mudança no seio da Psicologia Social tradicional, pautada numa evolução crítica que constituísse uma mudança significativa nos modelos tradicionais e que alcançou importância por contribuir com as ciências humanas e sociais ao colocar pessoas, comunidades, e setores populares, principalmente os marginalizados, como atores políticos, ativos e potentes e, também, auxiliou na configuração da Psicologia Política. Essa ciência dedica-se a estudar os fatores psicossociais, buscando desenvolver, instigar e manter o controle e poder dos indivíduos sobre seu ambiente, comunitário e particular, apropriando-se de si, os munindo de estratégias para o manejo de mudanças internas e externas (BAIMA; GUZZO, 2015).

A formação do psicólogo para a pesquisa e prática da Psicologia Comunitária se dá em duas dimensões fundamentais, o âmbito dos processos psicossociais e a dos agentes abrangidos no trabalho e ação comunitária. A primeira dimensão exige um entendimento de indivíduo baseada em contribuições teóricas de uma psicologia social crítica que ofereça subsídios para uma análise histórico, crítica e material do cotidiano e, o segundo aspecto, demanda atenção para o desempenho dos agentes sociais nas atividades comunitárias, aonde a perspectiva metodológica ganha foco como outra vertente de cuidado fundamental (BAIMA; GUZZO, 2015). “A contribuição da PSC no fomento da participação comunitária só se possibilita por

meio de

intervenções baseadas em metodologias participativas, além do constante compromisso com a produção de conhecimento” (BAIMA; GUZZO, 2015, p.39). De acordo com Azevêdo (2009) o psicólogo comunitário investiga a indução das variáveis ambientais no comportamento dos sujeitos, e por isso, a psicossociologia das comunidades confronta a interatividade entre o indivíduo e a comunidade, no intuito de compreender como se dão as relações sociais. Apoiado nisso, o profissional identifica o linguajar, os sentimentos e as representações sociais do grupo, e atua como um facilitador, podendo apresentar temáticas para diálogos na intenção de fomentar uma discussão acerca dos interesses e necessidades intrínsecos do grupo. Para que isso ocorra é preciso que o psicólogo tenha refletido sobre os objetivos da intervenção e selecione os instrumentos mais adequados para a coleta e análise de dados.

Baima e Guzzo (2015) dissertam a respeito de habilidades que o Psicólogo inserido no contexto comunitário deve ter para uma investigação e prática coerentes:

1) Um aporte teórico que instrumentalize uma leitura e análise social, concreta e histórica de indivíduo e sociedade (dimensão teórico-epistemológica); 2) A apropriação de metodologias participativas de trabalho e ação comunitários (dimensão metodológica); 3) Uma orientação para a transformação social, que exige o exame crítico do papel social do psicólogo na colaboração com a transformação ou a manutenção das realidade social vivida pelos indivíduos, grupos e comunidade (dimensão ontológica); 4) O reconhecimento da PSC como campo interdisciplinar que deve, necessariamente, estabelecer diálogo com outros campos da Psicologia e das Ciências Sociais; 5) A não dissociação entre teoria e prática, que exige, necessariamente, da prática, o compromisso com a produção de conhecimento, e do conhecimento com a atuação e transformação da realidade (BAIMA; GUZZO, 2015, p.39).

Ainda sobre a investigação, Azevêdo (2009) focaliza a importância de entender e contextualizar as expectativas e necessidades da comunidade, suas atitudes, valores e cultura. Salieta que o profissional de psicologia realça uma unidade de análise apoiado em uma perspectiva teórico-metodológica de identificação das demandas do grupo em questão, pois assim, após observação detalhada, o psicólogo é capaz de formular um plano interventivo específico e adequado para as condições sociais e ambientais.

É significativo que o psicólogo vá a campo com o objetivo de intervir nos agravantes dos processos psicológicos que atingem a construção da personalidade e qualidade de vida dos indivíduos. Também é incumbência do Psicólogo elaborar técnicas e procedimentos de integração grupal, desarraigamento de padrões impostos, modelos e valores atuais, além de entender a história comunitária e seu contexto dentro da comunidade onde pretende atuar. A partir disso, o psicólogo pode iniciar seu papel como co-autor da construção dos processos interventivos (SILVA, 2011).

Por isso, se faz necessário compreender o grupo de forma crítica, em sua realidade social, e ter consciência das responsabilidades de atuação e do papel desempenhado no contexto em que o profissional está contido, para então, entender as potencialidades e maneiras de atuação possíveis em conjunto com as camadas populacionais. Os grupos ocupam um lugar de destaque no contexto sócio-histórico na sociedade moderna, segundo pesquisas científicas da área (SILVA, 2011).

É imperativo que se compreenda a conceituação do grupo, pois esse se caracteriza como um dos objetos de estudo da Psicologia Social comunitária. Os seres humanos instintivamente tendem a se reunir e esse instinto se dá em função dos inter-relacionamentos construídos nos grupos, assim, esses podem ser entendidos não apenas como um somatório de sujeitos, mas também se estabelecem como um novo ser com leis e recursos próprios e específicos, que também podem ser considerado indivíduo, unidade, pois desenvolve características típicas particulares. Ademais, o indivíduo, no sentido de unicidade, também é considerado um grupo, pois em seu mundo interno alguns personagens que interagem entre si são internalizados (SILVA, 2011).

Existem diversas configurações de grupos, alguns são tidos como mais tradicionais, como os grupos de auto-ajuda e operativos. O grupo de auto-ajuda estima os fenômenos do auxílio às pessoas para que resolvam seus problemas, geralmente em decorrência de alguma doença aguda/ crônica, incapacitação, traumas, causas existenciais ou algum outro fator (SILVA, 2011). Os grupos operativos:

[...] são identificados três momentos de um grupo operativo: Pré-tarefa, momento que o indivíduo está resistente às mudanças, que predominam as ansiedades e os medos frente ao desconhecido. Tarefa, elaboração da ansiedade e medos básicos produzidos pela resistência às mudanças. Projeto, o que surge da tarefa, permitindo um planejamento futuro. Além disso, os integrantes desse grupo aprendem a pensar, observar e relacionar suas opiniões com as dos demais integrantes, aceitando pensamentos e ideologias diferentes das suas, proporcionando uma integração com o trabalho em equipe (SILVA, 2011, p.65).

Há ainda os grupos de treinamento que tem por objetivo a reformulação do comportamento do grupo, através do descongelamento de atitudes, desaprender formas de agir, ressignificando-as, para assim reeducar-se em outras formas de ser. Esse grupo busca mudar os processos e práticas e processos dos agentes (SILVA, 20014).

Além do supracitado, também tem o grupo de reflexão, que segundo Silva (2004) realça o pensar e tem como objetivo uma orientação para que a ansiedade frente a tensões sejam resolvidas, pois esse grupo foca na tarefa, da operação à ação. As abordagens técnicas têm por objetivo desviar os impasses que o grupo pode enfrentar na resolução de uma tarefa específica ou algum problema, essas dificuldades aparecem de formas diversas, como conflitos intensos, competições, alto nível de ansiedade e estagnação de atividade (SILVA, 2004).

Quando bem sucedidos os grupos assumem caráter terapêutico, e os processos envolvidos nesse meio, visam encontrar recursos capazes de produzir estratégias para a resolução das problemáticas e referem-se ao autoconhecimento do sujeito, um processo que também demanda disposição interna e tempo. Se faz indispensável, dentro desse contexto, que o psicólogo tenha o discernimento de que para cada grupo há de se realizar uma fundamentação teórica, análise e metodologia visando a finalidade para qual o grupo foi criado (SILVA, 2004).

Em síntese, a Psicologia Social Comunitária é uma área abrangente, munida de embasamento teórico metodológico em algumas áreas do conhecimento contidas na grande gama de possibilidades que é a ciência da Psicologia e com diversos

objetos de estudo possíveis. A prática da PSC contempla o indivíduo em sua totalidade, dentro e fora da comunidade, as relações estabelecidas, no intuito de realizar uma análise mais ampla abarcando todas as possibilidades de investigação, no intuito de viabilizar processos de reformulação através de perspectivas sociológicas e psicológicas, juntamente com pesquisas e estudos empíricos (AZEVEDO, 2009).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Ademais, entende-se que psicologia no âmbito social é aquela na qual se pondera princípios histórico-cultural, analisando e questionando conceitos aprendidos em seu desenvolvimento, desmistificando o conceito de aprendizado a partir de sua concepção no mundo, se embasando em diversos teóricos trazendo que a partir da linguagem e o meio social no qual se está inserido o indivíduo se constitui. Já a psicologia comunitária, nos visa a forma na qual os indivíduos se relacionam com a sociedade, o cultural, visando bem-estar da comunidade social, fazendo função política e social.

### **REFERÊNCIAS:**

AZEVEDO, Adriano Valério dos Santos. A psicologia social, comunitária e social comunitária: definições dos objetos de estudo. **Psicologia & foco**, Aracaju, vol. 3, n. 3, pp. 64 - 72, jul./dez., 2009.

BAIMA, Larissa Soares; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Formação em Psicologia e Prática Comunitária: problematização da psicologia comunitária no Brasil. **Psicologia Política**, Florianópolis, vol. 15, n. 32, pp.33 - 47, jan./abr., 2015.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. (M. Lahud & Y. F. Vieira, Trad.) (10a ed.). São Paulo: Hucitec, 2002.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. Psicologia Comunitária. **Universitas** Ciências da Saúde, Distrito Federal, vol. 1, n. 2, pp. 277 - 297, 2003.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. Psicologia comunitária: atividade e consciência. Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, Fortaleza - CE, 2005.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. **O que é psicologia social**. São Paulo : Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos ; 39)

VYGOTSKI, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo - SP, 1991.

VYGOTSKI, Lev Semionovitch. **Manuscrito de 1929**. Educação & Sociedade, 2000.

VYGOTSKI, Lev Semionovitch. **Psicologia da arte**. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo - SP, 2001.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva Histórico-Cultural da Educação. Vozes. Petrópolis - RJ, 1995.

SILVA, Marjorie Cristina Rocha da; GIGICH, Ariani Ragazzi. Atuação do psicólogo social comunitário: O romper de um ciclo. **Encontro Revista de Psicologia**, São Paulo, vol.14, n. 20, 2011.